



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ZOOTECNIA – ICSEZ
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

LUCAS VINICIUS DIAS DA SILVA

**EFETIVIDADE DAS INICIATIVAS DO GOVERNO ABERTO, AVALIAÇÃO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS EM PARINTINS: UMA ABORDAGEM INTEGRADA**

PARINTINS-AM

2025

LUCAS VINICIUS DIAS DA SILVA

**EFETIVIDADE DAS INICIATIVAS DO GOVERNO ABERTO, AVALIAÇÃO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS EM PARINTINS: UMA ABORDAGEM INTEGRADA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Administração do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito Parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Vitor Ramos Pontes

PARINTINS-AM

2025

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586e Silva, Lucas Vinícius Dias da
Efetividade das iniciativas do governo aberto, avaliação das
políticas públicas em Parintins: uma abordagem integrada / Lucas
Vinícius Dias da Silva. - 2025.
35 f. : il., color. ; 31 cm.

Orientador(a): Raimundo Vitor Ramos Pontes.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Sociais, Educação e
Zootecnia de Parintins, Curso de Administração, Parintins - AM,
2025.

1. Transparência. 2. Governo Digital. 3. Participação Cidadã. 4.
Políticas Públicas. I. Pontes, Raimundo Vitor Ramos. II.
Universidade Federal do Amazonas. Instituto de Ciências Sociais,
Educação e Zootecnia de Parintins. Curso de Administração. III.
Título

RESUMO

Este trabalho analisa a efetividade das iniciativas de governo aberto no município de Parintins, com foco nos princípios de transparência, participação e colaboração. A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem mista, combinando análise bibliográfica e aplicação de questionário estruturado online, respondido por mais de 100 participantes. Os resultados revelam que usuários dos canais digitais apresentam maior percepção de transparência, engajamento mais frequente e valorização das tecnologias inteligentes, enquanto os não usuários enfrentam barreiras de acesso, menor participação e avaliações mais negativas das plataformas digitais. Conclui-se que, embora haja avanços na implementação de práticas de governo digital, persistem desafios relacionados à inclusão digital, à ampliação da participação cidadã e ao fortalecimento da colaboração entre governo e sociedade. O estudo contribui para a compreensão da incorporação dos princípios de governo aberto na gestão pública local e aponta caminhos para futuras pesquisas e políticas voltadas à democratização da informação e ao engajamento social.

Palavras-chave: Transparência. Governo Digital. Participação Cidadã. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This study examines the effectiveness of open government initiatives in Parintins, focusing on transparency, participation, and collaboration. Using a mixed-method approach with bibliographic analysis and an online questionnaire answered by over 100 residents, the findings show that digital platform users perceive greater transparency and engagement, while non-users face barriers and lower participation. Despite advances in digital government, challenges related to digital inclusion and citizen collaboration remain. The research contributes to understanding how open government principles are incorporated into local public management and highlights directions for future studies.

Keywords: Transparency. Digital Government. Citizen Participation. Public Policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1. Frequência de busca por informações públicas.	20
Gráfico 2. Percepção de transparência;	20
Gráfico 3. Participação em consultas públicas;	20
Gráfico 4. Facilidade de uso das plataformas digitais;	21
Gráfico 5. Acesso à internet;	21
Gráfico 6. Importância das tecnologias inteligentes;	21
Gráfico 7. Satisfação com canais de participação.	22
Tabela 1. Cruzamento de Dados: Uso dos Canais Digitais.	26

SUMÁRIO

1.0 INTRODUÇÃO	8
2.0 JUSTIFICATIVA	10
3.0 OBJETIVOS	11
3.1 Objetivo Geral	11
3.2 Objetivos Específicos	11
4.0 REFERENCIAL TEÓRICO	12
5.1 Abordagem Bibliográfica	17
5.2 Abordagem Quantitativa/Qualitativo	17
5.3 Técnica de Coleta de Dados	18
6. Tabulamento de Dados	19
6.1 Análise Estatística	20
6.2 Comparativo	22
7.0 RESULTADOS	24
7.1 Análise de Resultados e Cruzamento de Dados: Uso dos Canais Digitais	26
8.0 DISCUSSÃO	27
8.1 Análise Crítica	27
8.2 Implicações	29
9.0 CONCLUSÃO	30
9.1 Considerações Finais	30
9.2 Recomendações	31
9.3 Contribuições do Estudo	32
REFERÊNCIAS	33
APENDICE	35

1.0 INTRODUÇÃO

O termo “governo aberto” pode ser considerado um método moderno de governança que propicia um novo espaço de abertura e interação entre governos e cidadãos, fundamentado nos princípios de transparência, participação e colaboração. Embora esses princípios não sejam inéditos, estudiosos do campo do governo aberto permanecem relativamente silenciosos quanto ao dilema de sua incorporação na produção de políticas públicas abertas. Nesse sentido, outros autores destacam a falta de diretrizes e procedimentos claros para analisar a efetividade das iniciativas de governo aberto, assim como a influência de seus princípios sobre o ciclo de políticas públicas (HECKERT; AGUIAR, 2016, p. 1-60).

A acessibilidade digital é um elemento essencial para garantir que todos os indivíduos, independentemente de suas capacidades, tenham acesso a informações e serviços na era digital. No Brasil, o debate sobre acessibilidade digital ganha relevância ao ser associado à Lei de Transparência, que exige a disponibilização de informações públicas de forma acessível e compreensível. Este aspecto pode ser aprimorado com a aplicação dos princípios da norma ISO 9241, que estabelecem diretrizes ergonômicas para a interação humano-computador, favorecendo o acesso universal à informação (ISO, 2006).

O principal objetivo deste trabalho é identificar quando e como os princípios de governo aberto, especificamente transparência, participação e colaboração, estão sendo incorporados nas fases do ciclo de políticas públicas em governos locais. A pesquisa será desenvolvida mediante uma abordagem mista, que combina elementos qualitativos e quantitativos. A abordagem qualitativa permitirá uma compreensão mais profunda das percepções e experiências dos participantes, enquanto a abordagem quantitativa fornecerá dados numéricos para analisar tendências e padrões.

Embora as iniciativas de governo aberto busquem impactar substancialmente o ciclo de políticas públicas, tornando-o mais transparente, participativo e colaborativo, essa realidade não tem sido acompanhada por esforços consistentes de interpretação e análise, especialmente em governos locais, que são as instâncias mais próximas dos cidadãos. Nesse sentido, Oliveira e Ckagnazaroff (2024) destacam a importância de avaliar como a colaboração, um dos princípios centrais do governo aberto, é incorporada nas políticas públicas e de que forma essa incorporação impacta o ciclo de tomada de decisão, evidenciando a necessidade de métodos de análise para

verificar a efetividade das iniciativas. Portanto se estabelece a seguinte pergunta de pesquisa:

Como os cidadãos de Parintins percebem a incorporação dos princípios de governo aberto tendo em vista a transparência, participação e colaboração nas práticas de gestão pública local?

2.0 JUSTIFICATIVA

A pesquisa contribui significativamente para preencher a lacuna teórica e metodológica existente na avaliação da eficácia das iniciativas de governo aberto, especialmente em nível local. A participação cidadã, embora essencial, ainda enfrenta desafios relacionados à influência nas decisões e à representatividade. A colaboração entre governo e sociedade civil também precisa avançar em termos de inovação e valor público.

Para uma compreensão detalhada das iniciativas de governo aberto, é essencial combinar abordagens qualitativas e quantitativas. A análise quantitativa permite a coleta e análise de dados numéricos, necessários para avaliar a eficácia das iniciativas e identificar áreas de melhoria. Indicadores quantitativos podem ser usados para medir a participação cidadã, a eficácia da colaboração e a qualidade dos serviços públicos.

O esquema teórico-analítico apresentado pode ser aplicado em diferentes contextos e utilizado em futuras pesquisas para uma melhor compreensão da incorporação dos princípios de governo aberto nas políticas públicas locais. Além disso, o desenvolvimento de indicadores para medir o grau de abertura dos governos é um tema relevante para futuras investigações.

3.0 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

O principal objetivo deste trabalho é analisar a percepção dos cidadãos de Parintins sobre a incorporação dos princípios de governo aberto, transparência, participação e colaboração nas práticas de gestão pública local.

3.2 Objetivos Específicos

Os objetivos secundários são:

- Descrever o conceito atual de política pública e governo aberto;
- Informar a participação da sociedade da cidade de Parintins na política da cidade;
- Relatar os benefícios de se ter um governo aberto nos dias atuais.

4.0 REFERENCIAL TEÓRICO

Quanto às motivações para a participação popular, estas ocorrem por meio de variados estímulos e em ambientes diferenciados, ou seja, os espaços de participação encontram-se de forma institucionalizada, via entidades coletivas que representam a sociedade civil organizada. As motivações vão desde a afinidade do cidadão com o tema tratado, passando pela possibilidade de contribuição, até a influência da própria cultura em que ele está inserido. Assuntos que afetam diretamente os cidadãos, tais como questões relacionadas à coleta de lixo, serviços de segurança, informações sobre creches e trânsito, têm maior apelo para que o cidadão participe ativamente, tanto na busca por dados e informações, quanto na tomada de decisão. Nesse sentido, Silveira, Gewehr, Bonin e Bulgacov (2008) destacam que a participação social é fortalecida quando vinculada às necessidades cotidianas e à percepção de que o engajamento coletivo pode gerar transformações concretas na vida comunitária.

De acordo com OLIVEIRA; CKAGNAZAROFF (2022, p. 60)

No contexto do governo aberto, transparência vai além da publicação de informações fiscais, visto que o público deve ter acesso fácil e irrestrito a informações sobre as atividades, decisões e desempenho do governo, atendendo aos padrões de dados abertos. [...] Sobretudo, a transparência é considerada, atualmente, a chave para a boa governança, uma norma global que exige um Estado transparente, instituições transparentes, processos transparentes e até mesmo uma sociedade transparente.

A compreensão dos princípios de transparência pode favorecer uma divulgação de dados governamentais mais eficiente e orientada aos interesses da sociedade. Conforme Oliveira e Ckagnazaroff (2022), ao assegurar acesso amplo e irrestrito às informações públicas, cria-se espaço para o desenvolvimento de plataformas digitais, portais e mecanismos de interação que ampliam o engajamento dos cidadãos na gestão governamental. Esse processo fortalece a colaboração entre governo e sociedade, contribuindo para avanços políticos, sociais e econômicos.

De acordo com Oliveira e Ckagnazaroff (2022), a transparência, quando compreendida em suas múltiplas dimensões, contribui para uma divulgação de dados governamentais mais eficiente e voltada aos interesses da sociedade. Essa abertura de informações possibilita o desenvolvimento de portais, aplicativos e canais digitais que ampliam o engajamento dos cidadãos na gestão pública. Além disso, fortalece a colaboração entre governo e sociedade, criando condições para avanços políticos, sociais e econômicos.

O conceito de participação popular pode assumir diferentes formas, desde o envolvimento em atividades coletivas até a atuação em espaços institucionais de decisão, sendo um fator essencial para que os governos se tornem mais transparentes e responsivos às demandas sociais, essa perspectiva dialoga diretamente com a análise de Matos (2012), ao afirmar que:

Grande parte dos movimentos sociais e das ações de protesto que marcam a atualidade dão conta de um conflito político específico que contesta o voto enquanto espaço demasiado estreito para exercer o direito de participação na vida política e que, por isso, reivindica a transformação da democracia num sistema mais participativo, num espaço plural, sobretudo em relação a processos de decisão sobre a vida coletiva (MATOS, 2012, p. 70).

A transformação digital tem provocado mudanças significativas na forma como governos, empresas e cidadãos se relacionam com serviços públicos. Nesse sentido, “o governo digital tornou-se um componente essencial da inovação, da transparência e da geração de valor público, à medida que as tecnologias da informação se tornam ubíquas no setor público” Gil-García, Pardo & Dawes (2018).

Os resultados revelam como justificativas citadas pelos estudantes que participam o interesse em exercer a cidadania, em melhorar as políticas públicas, o gosto por assuntos públicos e defesa de seus interesses em circunstâncias de conflito. Nos estudantes com participação mais ativa, evidenciam-se crenças, valores e expectativas sociais, articuladas à eficácia política, identidade coletiva, interesses antagônicos, sentimentos de justiça e injustiça, favorecendo a vontade de agir coletivamente, devido à percepção de conexão de seus interesses com as metas e ações coletivas dos movimentos que se envolvem (PALASSI; MARTINS; PAULA, 2016, p. 436).

A participação cidadã na administração pública é um dos desafios fundamentais das agendas políticas nacionais e internacionais. Como observa Matos (2012), as democracias liberais representativas ainda protegem os processos públicos da participação cidadã por meio de um mecanismo de dupla delegação, no qual os cidadãos delegam, por eleições regulares, a legitimidade de tomar decisões em seu nome. Nesse contexto, os protestos surgem como formas alternativas de engajamento e de reivindicação por maior inclusão nos processos decisórios.

Complementarmente, Oliveira e Ckagnazaroff (2022) destacam que iniciativas de governo aberto, fundamentadas na transparência e no acesso irrestrito à informação, vêm permitindo maior envolvimento da sociedade civil. Para os autores, a disponibilização de dados públicos e a abertura de canais digitais de participação fortalecem a colaboração entre governo e cidadãos, criando condições para avanços políticos, sociais e econômicos.

De acordo com Secchi (2009), os modelos pós-burocráticos de administração pública, como a gestão gerencial e o governo empreendedor, introduzem valores voltados à eficiência, descentralização e responsabilização. Esses princípios reforçam a importância da transparência e da accountability (obrigação de prestar contas por suas ações, decisões e resultados) como elementos centrais para a efetividade da gestão pública e para o fortalecimento da relação entre Estado e sociedade.

No Brasil, os debates sobre transparência foram impulsionados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que exige a divulgação de planos, orçamentos, prestações de contas, pareceres prévios e relatórios de gestão fiscal. A Lei Complementar 131/2009 determina que os gastos públicos sejam disponibilizados em tempo real, com informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O conceito de “smart cities” apresenta múltiplas definições. Surgido na década de 1990, o termo estava inicialmente relacionado à incorporação de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) na infraestrutura urbana. O California Institute for Smart Communities foi pioneiro na análise de como comunidades poderiam se tornar inteligentes e de como as cidades poderiam ser planejadas para integrar essas tecnologias (Alawadhi et al., 2012). Posteriormente, o Centro de Governança da Universidade de Ottawa criticou a visão de que a inteligência urbana deveria se limitar a aspectos técnicos, defendendo uma abordagem voltada à governança e ao papel do capital social no desenvolvimento das cidades. Apesar disso, nos primeiros anos do século XXI, o conceito de cidade inteligente passou a se consolidar mais como um “selo urbano”. Com o tempo, pesquisadores passaram a exigir que cidades autoproclamadas inteligentes demonstrassem os critérios que justificassem essa classificação (Hollands, 2008).

Segundo Melati e Janissek-Muniz (2020) o conceito de Smart Government (Governo Inteligente), evolução do governo eletrônico tradicional. Enquanto o e-Gov foca na digitalização de serviços, o Smart Government promove transformação estrutural na forma de governar, exigindo novos modelos de gestão, práticas colaborativas, integração intersetorial, políticas de dados abertos e constante engajamento das partes interessadas. Esse modelo demanda capacidades institucionais, tecnológicas e humanas para sustentar processos decisórios inovadores e participativos.

O cidadão parintinense, apesar de conhecer seus direitos e deveres, ainda demonstra baixa participação e fiscalização das ações financeiras realizadas pela gestão municipal de Parintins.

De acordo com a norma internacional ISO 9241-171: Ergonomics of human-system interaction – Guidance on software accessibility (ISO, 2006), a interação humano-computador deve ser orientada por princípios de ergonomia que assegurem usabilidade, acessibilidade e inclusão. A norma estabelece que sistemas digitais precisam ser eficazes, eficientes e satisfatórios para diferentes perfis de usuários, incluindo pessoas com deficiência, garantindo universalidade no acesso. Além disso, recomenda que interfaces sejam projetadas de forma intuitiva, reduzindo barreiras e ampliando a participação de todos. Esses princípios, quando aplicados à transparência digital, permitem que plataformas governamentais sejam mais acessíveis, fortalecendo o controle social e a fiscalização das ações públicas, ao mesmo tempo em que promovem avanços democráticos, sociais e econômicos.

“The guidance in this part of ISO 9241 is intended to ensure that software is accessible to users with the widest range of capabilities” (ISO, 2006, p. 12), Tradução: “As orientações desta parte da ISO 9241 têm como objetivo garantir que o software seja acessível a usuários com a mais ampla gama de capacidades” (ISO, 2006, p. 12).

A Lei Complementar 131/2009, conhecida como Lei da Transparência, exige que informações sobre execução orçamentária e financeira sejam disponibilizadas em tempo real, de forma detalhada e acessível, destacado em:

A transparência será assegurada também mediante a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público. [...] Os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a: I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita, inclusive referente a recursos extraordinários” (BRASIL, Lei Complementar nº 131, 2009, art. 48, parágrafo único; art. 48-A).

Diante das contribuições apresentadas, verifica-se que a participação cidadã, a transparência e a acessibilidade digital constituem elementos centrais para a consolidação da democracia e para o fortalecimento da gestão pública contemporânea. O referencial teórico, portanto, oferece a base conceitual necessária

para a análise que se seguirá, articulando teoria e prática na compreensão dos desafios e possibilidades da administração pública.

5.0 METODOLOGIA

5.1 Abordagem Bibliográfica

A metodologia adotada neste trabalho será uma análise bibliográfica da literatura, com ênfase em livros e artigos mais atuais e relevantes sobre o tema abordado. Usando como base os últimos 5 anos de publicação, de 2017 a 2024. E utilizando-se os seguintes buscadores: Governo Aberto; Políticas Públicas; Parintins, em sites de busca acadêmico como o Google Acadêmico, Scielo, Pubmed e outros.

5.2 Abordagem Quantitativa/Qualitativo.

A abordagem quantitativa deste estudo foi desenvolvida com o objetivo de proporcionar uma análise objetiva e mensurável acerca da percepção dos moradores de Parintins sobre transparência governamental, participação cidadã e uso de tecnologias digitais na administração pública.

Segundo Richardson (2017), a abordagem quantitativa fundamenta-se na mensuração de fenômenos sociais por meio de instrumentos padronizados, permitindo o tratamento estatístico dos dados e a comparação entre grupos ou variáveis. Da mesma forma, Gil (2008) ressalta que esse tipo de pesquisa busca estabelecer relações entre variáveis, testando hipóteses e obtendo resultados generalizáveis a partir de amostras representativas.

Para operacionalizar essa proposta, foi elaborado um questionário estruturado contendo oito perguntas fechadas, As perguntas foram formuladas de maneira clara e objetiva, permitindo a obtenção de dados consistentes e comparáveis.

A coleta de dados foi realizada junto a residentes do município de Parintins (AM), selecionados de forma aleatória simples, buscando garantir a representatividade da população estudada.

De acordo com Apolinário (2011), a amostragem aleatória é um procedimento que assegura a imparcialidade na seleção dos participantes, pois todos os indivíduos da população possuem a mesma probabilidade de serem escolhidos. Esse método reduz o viés de seleção e aumenta a validade dos resultados obtidos, contribuindo para maior confiabilidade das inferências estatísticas.

As respostas foram obtidas de forma voluntária e anônima, respeitando os princípios éticos da pesquisa científica, conforme orientam Marconi e Lakatos (2017), que destacam a importância da neutralidade e da confidencialidade no processo de coleta de dados.

Os dados coletados foram organizados em um banco de dados eletrônico e processados com o auxílio do software Python, linguagem de programação amplamente utilizada na pesquisa científica pela sua robustez, flexibilidade e precisão estatística.

Segundo Field (2013), ferramentas como o Python, quando integradas a bibliotecas estatísticas (como *pandas*, *numpy* e *matplotlib*), permitem realizar desde análises descritivas básicas até modelagens mais complexas, garantindo confiabilidade e reprodutibilidade dos resultados. O uso desse software possibilita aplicar técnicas como estatística descritiva (médias, frequências e desvios-padrão), bem como testes de correlação e associação entre variáveis, de modo a identificar padrões e tendências significativas entre as respostas.

A utilização do Python justifica-se pela sua capacidade de automatizar cálculos, reduzir erros humanos e facilitar a visualização gráfica dos resultados, o que reforça o rigor e a precisão da abordagem quantitativa adotada.

Conforme Marconi e Lakatos (2017), o emprego de ferramentas estatísticas na pesquisa social é fundamental para conferir validade empírica às interpretações e fortalecer a confiabilidade científica do estudo.

Portanto, a adoção da abordagem quantitativa, aliada ao uso de amostragem aleatória e à aplicação de ferramentas computacionais como o Python, assegura que os resultados obtidos sejam objetivos, verificáveis e metodologicamente sólidos, atendendo aos princípios de cientificidade exigidos em pesquisas sociais contemporâneas.

5.3 Técnica de Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado, aplicado entre os dias 13 de agosto e 3 de setembro de 2025. O instrumento foi disponibilizado em formato digital, utilizando plataformas de formulários online, contendo perguntas fechadas e escalas de avaliação elaboradas a partir dos objetivos

do estudo e da literatura recente sobre transparência pública, participação cidadã e governo digital.

A amostra utilizada foi não probabilística por conveniência, composta por cidadãos residentes no município de Parintins (AM) com acesso à internet. Ao todo, participaram mais de 100 respondentes, com idades entre 18 e 65 anos. A maioria dos participantes possui escolaridade entre ensino médio completo e ensino superior incompleto ou completo, refletindo o perfil predominante de usuários potenciais das plataformas digitais públicas.

Segundo Apolinário (2011), a amostragem não probabilística por conveniência caracteriza-se pela seleção dos participantes com base na facilidade de acesso, sendo adequada em pesquisas sociais que visam compreender percepções e comportamentos de grupos acessíveis. O autor ressalta que esse tipo de amostra é útil em estudos exploratórios e descritivos, nos quais se busca aprofundar o conhecimento de uma realidade específica, sem a pretensão de generalizar os resultados para toda a população.

A presente pesquisa fundamenta-se também em Gil (2008), que afirma que a pesquisa descritiva é apropriada para observar e analisar fenômenos sociais a partir da coleta sistemática de dados, sem interferência do pesquisador. Esse tipo de abordagem permite compreender comportamentos, atitudes e opiniões a partir de indicadores empíricos observáveis.

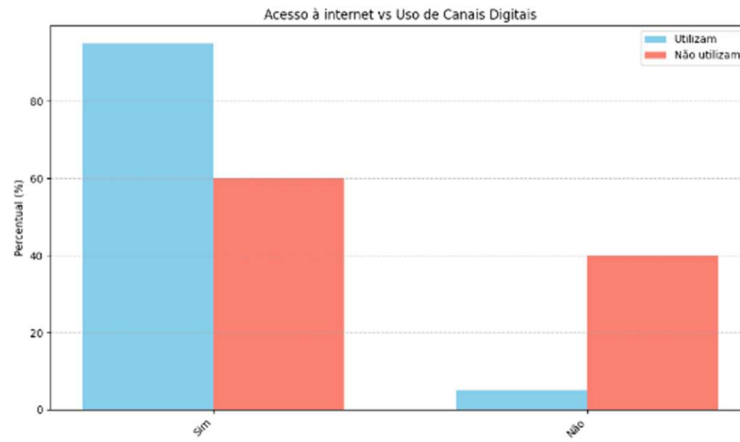
Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou reunir informações quantitativas, objetivas e representativas do público digitalmente ativo em Parintins, contribuindo para uma análise consistente da relação entre transparência governamental, participação cidadã e uso de tecnologias digitais no contexto local.

6. Tabulamento de Dados

A partir da análise estatística dos resultados, será possível compreender o nível de engajamento digital dos moradores e identificar possíveis barreiras ou avanços na implementação de políticas públicas inovadoras em Parintins. O uso do Python garantirá precisão na análise e interpretação dos dados, embasando a discussão e as recomendações finais deste estudo.

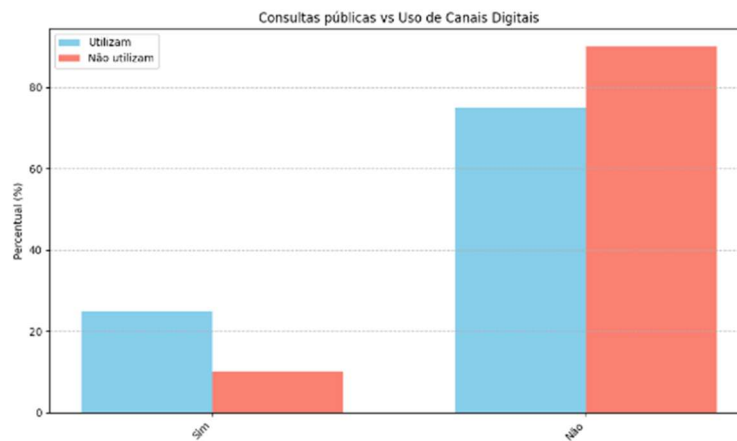
6.1 Análise Estatística

Figura 1. Frequência de busca por informações públicas



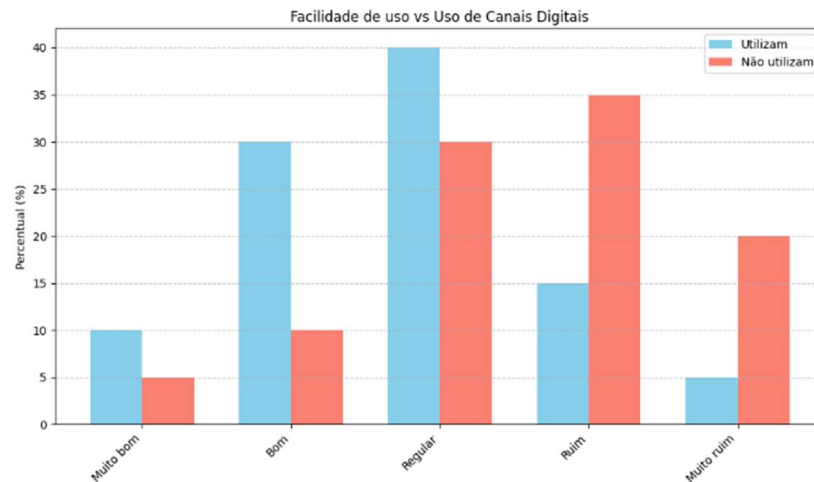
Fonte: própria

Figura 2. Percepção de transparência



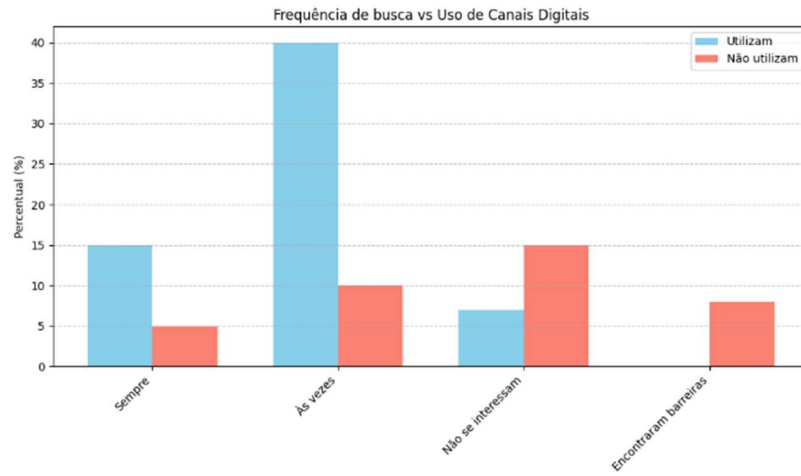
Fonte: própria

Figura 3. Participação em consultas públicas



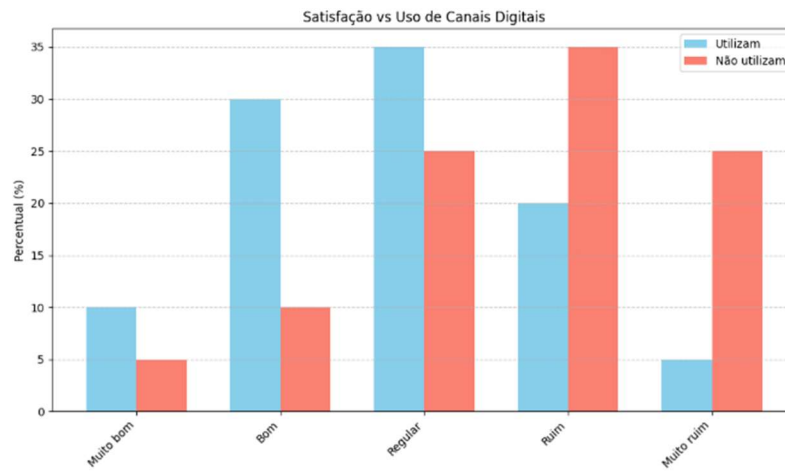
Fonte: própria

Figura 4. Facilidade de uso das plataformas digitais



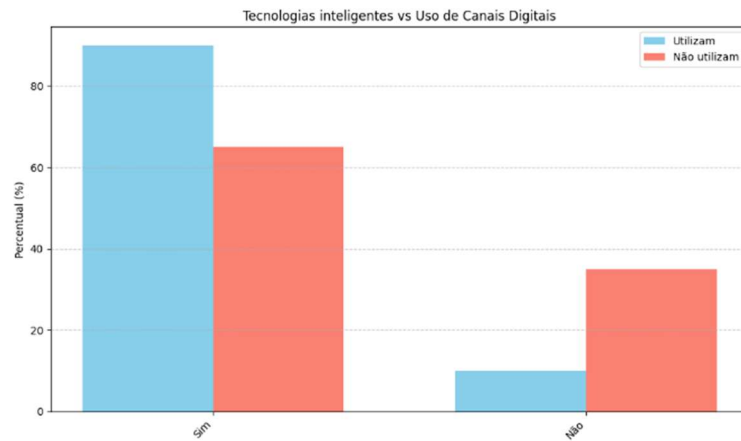
Fonte: própria

Figura 5. Acesso à internet



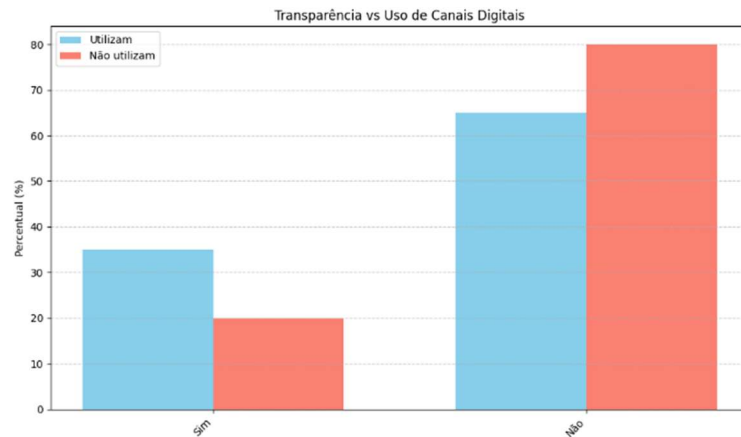
Fonte: própria

Figura 6. Importância das tecnologias inteligentes



Fonte: própria

Figura 7. Satisfação com canais de participação



Fonte: própria

Os dados foram analisados por meio de **estatística descritiva**, com o objetivo de identificar padrões e correlações entre variáveis.

Os seguintes indicadores foram considerados:

1. Frequência de busca por informações públicas;
2. Percepção de transparência;
3. Participação em consultas públicas;
4. Facilidade de uso das plataformas digitais;
5. Acesso à internet;
6. Importância das tecnologias inteligentes;
7. Satisfação com canais de participação.

A comparação entre **usuários ativos** e **não usuários** demonstrou diferenças relevantes quanto ao engajamento e percepção de transparência, conforme discutido nos capítulos seguintes.

6.2 Comparativo

- **Usuários ativos** dos canais digitais tendem a:
 - Buscar mais informações sobre o governo
 - Ter melhor acesso à internet
 - Avaliar melhor as plataformas digitais
 - Valorizar tecnologias inteligentes
 - Estar mais satisfeitos com os canais de participação

- **Não usuários** enfrentam mais barreiras:
 - Menor interesse ou dificuldade de acesso
 - Percepção negativa sobre transparência
 - Baixa participação em consultas públicas
 - Menor satisfação com os canais digitais

7.0 RESULTADOS

A amostra é composta majoritariamente por jovens e adultos entre 18 e 45 anos, com predominância de escolaridade entre ensino médio completo e ensino superior incompleto ou completo.

Uso dos Canais Digitais

Sim: 61% dos participantes afirmaram já ter utilizado algum canal digital da prefeitura.

Não: 39% nunca utilizaram.

Frequência de Busca por Informações Públicas

Entre os que utilizam canais digitais:

78% buscam informações às vezes

12% buscam sempre

10% não se interessam ou encontram barreiras

Entre os que não utilizam:

60% não se interessam ou encontram barreiras

35% buscam informações às vezes

5% buscam sempre

Percepção de Transparência

Usuários: 42% consideram o governo transparente, 58% não.

Não usuários: 25% consideram transparente, 75% não.

Participação em Consultas Públicas

Usuários: 38% já participaram ou souberam de consultas públicas online.

Não usuários: Apenas 12% tiveram algum envolvimento.

Facilidade de Uso das Plataformas Digitais

Usuários:

35% avaliaram como bom

40% como regular

15% como ruim

10% como muito bom

Não usuários:

30% avaliaram como regular

35% como ruim

20% como muito ruim

15% como bom

Acesso à Internet

Usuários: 92% possuem acesso adequado.

Não usuários: Apenas 65% possuem acesso adequado.

Importância das Tecnologias Inteligentes

Usuários: 88% consideram importante.

Não usuários: 60% consideram importante.

Satisfação com Canais de Participação

Usuários:

30% estão satisfeitos (bom ou muito bom)

35% consideram regular

35% estão insatisfeitos (ruim ou muito ruim)

Não usuários:

20% estão satisfeitos

30% consideram regular

50% estão insatisfeitos

7.1 Análise de Resultados e Cruzamento de Dados: Uso dos Canais Digitais

O cruzamento de dados é uma etapa essencial para aprofundar a interpretação dos resultados e compreender como diferentes variáveis se relacionam no contexto da pesquisa. Segundo Basso Júnior et al. (2016), o cruzamento de informações provenientes de múltiplas fontes ou indicadores fortalece a coerência interna, aumenta a confiabilidade analítica e amplia a robustez interpretativa dos estudos empíricos.

Assim, garantindo maior consistência, rigor científico e capacidade interpretativa ao estudo, Lakatos e Marconi (2017) destacam que essa etapa transforma a análise quantitativa em um processo capaz de revelar tendências e interdependências entre variáveis, fortalecendo o rigor científico do estudo.

Tabela 1 – Cruzamento de Dados: Uso dos Canais Digitais.

Variável	Usuários que utilizam canais digitais	Usuários que não utilizam canais digitais
Frequência de busca por informações	Utilizam canais digitais 61%	Nunca utilizaram 39%
Percepção de Transparência	42% consideram transparente; 58% não	25% consideram transparente; 75% não
Percepção de Transparência	38% já participaram ou souberam	12% tiveram algum envolvimento
Facilidade de Uso das Plataformas	35% bom; 40% regular; 15% ruim; 10% muito bom	15% bom; 30% regular; 35% ruim; 20% muito ruim
Acesso à Internet	Usuários têm acesso adequado 92%	Não usuários têm acesso adequado 65%
Importância das Tecnologias Inteligentes	88% consideram importante	60% consideram importante
Satisfação com Canais de Participação	30% satisfeitos; 35% regular; 35% insatisfeitos	20% satisfeitos; 30% regular; 50% insatisfeitos

Fonte: Própria

8.0 DISCUSSÃO

Segundo os resultados obtidos a partir do cruzamento de dados apresentados na Tabela 1, é possível chegar às seguintes conclusões preliminares:

- Os cidadãos que utilizam os canais digitais tendem a ser mais engajados, possuem melhor acesso à internet e demonstram maior valorização da tecnologia na gestão pública.
- Em contrapartida, os que não utilizam tais plataformas enfrentam barreiras de acesso, apresentam menor percepção de transparência e baixa satisfação com os canais de participação digital.

Com base nessas premissas, desenvolveu-se a seguinte discussão:

Os resultados corroboram as observações de Matos (2012), que ressaltam a importância de transformar o acesso à informação em participação efetiva, condição essencial para o fortalecimento da democracia digital e para o avanço da transparência governamental.

Verifica-se que o uso dos canais digitais está diretamente associado a maior engajamento cívico e percepção positiva das ações governamentais, indicando que as ferramentas digitais podem ampliar a interação entre o poder público e o cidadão. No entanto, persistem desafios de inclusão digital, usabilidade e comunicação, que limitam o alcance das iniciativas de governo aberto.

Nesse sentido, a literatura reforça que a efetividade do governo digital depende não apenas da disponibilização de informações, mas da capacidade de converter acesso em participação social ativa, conforme destacam Gil-García, Pardo & Dawes (2018). Essa constatação evidencia que o fortalecimento da cidadania digital exige políticas públicas integradas, voltadas à educação tecnológica, acessibilidade e confiança nas plataformas públicas.

8.1 Análise Crítica

A análise dos resultados obtidos evidencia avanços significativos na adoção de práticas de governo digital, mas também revela limitações estruturais e sociais que comprometem a efetividade dessas iniciativas. O uso de tecnologias inteligentes, embora amplamente reconhecido pelos cidadãos como importante, ainda não se traduz plenamente em participação social efetiva e transparência percebida.

De forma geral, a disparidade de acesso à internet e a falta de familiaridade tecnológica configuram barreiras que segmentam a cidadania digital.

Heckert e Aguiar (2016) complementam essa visão ao afirmar que a governança digital somente é eficaz quando se estrutura a partir de estratégias de colaboração e transparência ativa, nas quais o cidadão deixa de ser mero receptor e passa a atuar como coprodutor das políticas públicas. No contexto estudado, os resultados indicam que, embora haja uma presença digital significativa, a maior parte dos usuários ainda assume uma postura passiva, limitando-se a buscar informações em vez de participar ativamente de consultas ou tomadas de decisão.

Paula (2005) observa que a administração pública brasileira vive um paradoxo entre o gerencialismo e a gestão social: de um lado, busca-se eficiência e controle; de outro, demanda-se inclusão e participação. Essa tensão se reflete claramente nos dados da pesquisa: há um esforço em digitalizar processos e ampliar o acesso à informação, mas ainda há deficiências na mediação social e comunicativa que impedem a plena apropriação dessas ferramentas pela sociedade.

Outro ponto crítico está na usabilidade e ergonomia das plataformas digitais. A norma ISO 9241 (2006) destaca que a interação entre o ser humano e o computador deve priorizar a eficácia, eficiência e satisfação do usuário. No entanto, os resultados revelam que uma parcela considerável dos participantes considera as plataformas confusas, pouco intuitivas e de difícil navegação — o que reduz a adesão e a confiança nos serviços oferecidos.

Sob o ponto de vista da transparência, Oliveira e Ckagnazaroff (2022) afirmam que “a transparência pública é um princípio que transcende a divulgação de informações; implica clareza, inteligibilidade e diálogo com o cidadão”. A pesquisa mostra que, embora as informações estejam disponíveis, a linguagem técnica e a fragmentação dos conteúdos dificultam a compreensão, afastando o público de menor escolaridade ou com baixo letramento digital.

Secchi (2009) argumenta que as reformas administrativas e tecnológicas no setor público devem ser acompanhadas de mudanças culturais e organizacionais, voltadas à criação de uma cultura de participação e accountability. O caso estudado sugere que a transformação digital avança mais rapidamente na dimensão técnica do

que na dimensão cultural, ou seja ainda não há uma plena incorporação dos valores de transparência, diálogo e coprodução social nas rotinas administrativas.

Dessa forma, a análise crítica permite compreender que o uso de canais digitais representa um avanço necessário, mas ainda insuficiente para o fortalecimento da democracia participativa.

É fundamental superar a visão instrumental da tecnologia e reconhecê-la como meio de mediação social, capaz de aproximar Estado e sociedade, reduzir desigualdades e estimular o protagonismo cidadão.

Em consonância com Matos (2012), que analisa o papel das ações coletivas na construção de políticas públicas mais democráticas, conclui-se que a tecnologia somente cumpre seu potencial democrático quando combinada a estratégias de mobilização social e educação cívica digital.

Portanto, a efetividade da governança digital em contextos locais, como o de Parintins, depende menos da disponibilidade de ferramentas e mais da capacidade institucional e pedagógica do Estado em engajar e incluir seus cidadãos.

8.2 Implicações

- Uso dos canais digitais: 61% já utilizaram, mas há barreiras de acesso e desconhecimento das ferramentas mostra que a inclusão digital é um desafio para efetivar a participação e a colaboração.
- Transparência: percepção baixa, sobretudo entre não usuários evidencia que a transparência depende do acesso digital e ainda não é universal.
- Participação: consultas públicas online têm baixa adesão indica que o princípio da participação cidadã está presente, mas de forma limitada.
- Satisfação: avaliação dos canais digitais varia entre regular e ruim reforça que a colaboração e engajamento ainda não são plenamente efetivos

9.0 CONCLUSÃO

A análise realizada permite concluir que há uma relação direta entre o uso de canais digitais e o nível de engajamento cívico dos cidadãos. Os participantes que utilizam com frequência as plataformas digitais demonstram maior interesse por informações públicas, maior percepção de transparência e mais satisfação com os serviços governamentais.

Observou-se também que a inclusão digital é um fator determinante para a participação cidadã. Conforme Oliveira e Ckagnazaroff (2022), a governança digital deve ser compreendida como uma estratégia de fortalecimento da democracia, uma vez que “a efetividade do governo eletrônico depende da capacidade de inclusão e da colaboração entre Estado e sociedade”.

No entanto, os resultados apontam que barreiras tecnológicas e educacionais ainda limitam o alcance das iniciativas digitais. Parte significativa dos cidadãos especialmente aqueles com menor acesso à internet permanece distante dos espaços de consulta e deliberação online.

Além disso, a percepção de transparência, embora mais positiva entre os usuários, ainda é baixa em ambos os grupos, o que reforça o argumento de Oliveira e Ckagnazaroff (2022) de que “a transparência pública, para ser efetiva, precisa ser acompanhada de mecanismos de comunicação compreensível e de abertura à participação social”.

Portanto, os dados confirmam que o avanço tecnológico, por si só, não garante a democratização da informação. A presença digital do governo precisa ser acompanhada por uma postura comunicativa, empática e pedagógica, que incentive o cidadão a compreender e utilizar os canais de participação.

9.1 Considerações Finais

De modo geral, a pesquisa evidencia que o uso de tecnologias digitais na administração pública é um instrumento essencial para o fortalecimento da governança e da transparência, desde que integrado a políticas públicas de inclusão.

Segundo Paula (2005), a administração pública contemporânea deve equilibrar “a racionalidade gerencial e a dimensão social da gestão”, garantindo que o uso de tecnologias não reforce desigualdades, mas amplie oportunidades de participação.

Nesse sentido, o estudo corrobora as perspectivas de Secchi (2009), ao afirmar que as reformas administrativas e tecnológicas devem ser compreendidas como meios de aprimorar a interação entre Estado e sociedade, e não apenas como instrumentos de eficiência.

Portanto, as tecnologias inteligentes, quando acompanhadas de políticas de acesso e formação digital, tornam-se poderosas aliadas da democracia participativa.

Em consonância com Matos (2012), que destaca o papel das “ações coletivas mediadas pela tecnologia” na construção de políticas públicas mais inclusivas, este trabalho demonstra que o engajamento digital pode ser ampliado a partir de estratégias educativas e comunicacionais voltadas à cidadania.

Conclui-se, portanto, que a implementação de canais digitais não deve ser tratada apenas como inovação técnica, mas como processo sociopolítico, cujo objetivo é aproximar governo e população por meio da transparência ativa e da escuta social.

9.2 Recomendações

Com base nos resultados obtidos e no suporte teórico consultado, recomenda-se:

1. Melhorar a usabilidade e acessibilidade das plataformas digitais, conforme orientações da norma ISO 9241 (2006), que trata da ergonomia da interação humano-computador;
2. Ampliar a divulgação das consultas públicas e canais de participação social, promovendo campanhas de incentivo à cidadania digital;
3. Investir em programas de inclusão digital e formação tecnológica, sobretudo em áreas de vulnerabilidade social;
4. Fortalecer a transparência pública, adotando uma linguagem cidadã e formatos acessíveis de comunicação, conforme preconiza a Lei Complementar nº 131/2009;
5. Monitorar periodicamente o nível de satisfação e engajamento dos usuários, de modo a orientar melhorias contínuas nos serviços públicos digitais.

Considerando que os objetivos específicos deste estudo foram atingidos ao descrever o conceito de políticas públicas e governo aberto, analisar a participação

da sociedade de Parintins e evidenciar os benefícios de um governo aberto recomenda-se que futuras ações da gestão municipal avancem em três direções estratégicas.

Primeiramente, é essencial intensificar a divulgação e a educação cidadã sobre os princípios do governo aberto, ampliando o conhecimento da população acerca de transparência, participação e colaboração. Em segundo lugar, sugere-se fortalecer e modernizar os canais digitais de participação, assegurando acessibilidade, usabilidade e inclusão digital, de modo que um número maior de cidadãos possa interagir com as políticas públicas. Por fim, recomenda-se estimular práticas efetivas de colaboração entre governo e sociedade civil, por meio de consultas públicas, fóruns comunitários e mecanismos de co-criação de políticas, garantindo que os benefícios do governo aberto se traduzam em maior engajamento social e em decisões mais legítimas e representativas.

9.3 Contribuições do Estudo

O presente trabalho contribui de forma significativa para o debate sobre governança digital, transparência e participação cidadã, especialmente no contexto dos municípios brasileiros.

A partir dos dados obtidos, é possível compreender que a tecnologia, quando associada à inclusão social, pode ampliar a confiança pública e fortalecer o vínculo entre Estado e cidadão. Do ponto de vista teórico, a pesquisa reforça as discussões de Paula (2005) sobre a necessidade de superar o modelo puramente gerencialista e avançar para uma gestão social e participativa, que considere a diversidade dos sujeitos e seus diferentes níveis de acesso à informação. Em termos práticos, o estudo oferece subsídios para o aprimoramento de políticas de governo digital e comunicação pública, orientando gestores a projetar plataformas mais inclusivas, transparentes e centradas nas necessidades do cidadão.

Assim, o trabalho não apenas confirma tendências observadas na literatura, mas também propõe caminhos para a efetivação da cidadania digital e da democracia informacional no Brasil, especialmente em realidades locais, como a do município de Parintins.

REFERÊNCIAS

ALAWADHI, A.; ALDAMA-NALDA, H.; CHOURABI, J. R.; GIL-GARCIA, S.; LEUNG, S.; MELLOULI, T.; NAM, T.; PARDO, T. A.; SCHOLL, H. J.; WALKER, S. Building understanding of smart city initiatives. *Lecture Notes in Computer Science*, v. 7443, p. 40–53, 2012.

APOLINÁRIO, F. *Metodologia científica: filosofia e prática da pesquisa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BASSO JÚNIOR, A. F. et al. *Triangulação e validação na pesquisa qualitativa*. São Paulo: Atlas, 2016.

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 maio 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm.

FIELD, ANDY. *Discovering statistics using IBM SPSS statistics*. 4. ed. London: SAGE Publications, 2013.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL-GARCÍA, J. R.; PARDO, T. A.; DAWES, S. S. Digital government and public management research: finding the crossroads. *Public Management Review*, v. 20, n. 5, p. 633–646, 2018.

HECKERT, C. R.; AGUIAR, E. L. Governança digital na administração pública federal: uma abordagem estratégica para tornar o governo digital mais efetivo e colaborativo a ótica da sociedade. In: CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA CONSAD, 9., 2016, Brasília. *Anais...* Brasília: CONSAD, 2016. p. 1–60.

HOLLANDS, R. Will the real smart city please stand up? *City: Analysis of Urban Trends, Culture, Theory, Policy, Action*, v. 12, n. 3, p. 303–320, 2008.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. *ISO 9241-171: Ergonomics of human-system interaction – Guidance on software accessibility*. Geneva: ISO, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MATOS, A. R. Democracia, participação cidadã e políticas públicas: uma avaliação a partir das ações de protesto. *Configurações*, Braga, n. 10, p. 69–82, 2012. DOI: 10.4000/configuracoes.1382.

MELATI, C.; JANISSEK-MUNIZ, R. Governo inteligente: análise de dimensões sob a perspectiva de gestores públicos. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 6, p. 1260–1277, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220190226>.

OLIVEIRA, D. J. S.; CKAGNAZAROFF, I. B. A colaboração como um dos princípios de governo aberto. *Revista Gestão & Conexões*, v. 13, n. 1, p. 28–51, 2022. DOI: 10.47456/regec.2317-5087.2022.13.1.41036. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/41036>.

PALASSI, M. P.; MARTINS, G. F.; PAULA, A. P. P. de. Consciência política e participação cidadã de estudantes de administração: um estudo exploratório em uma universidade pública. *Revista Eletrônica de Administração (READ)*, v. 22, n. 3, p. 435–462, 2016.

PAULA, A. P. P. de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, [S. l.], v. 45, n. 1, p. 36–49, 2005. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/37088>.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347–369, mar./abr. 2009. DOI: 10.1590/S0034-76122009000200004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v43n2/v43n2a04.pdf>.

SILVEIRA, A. F.; GEWEHR, C.; BONIN, L. F. R.; BULGACOV, Y. L. M. (orgs.). *Cidadania e participação social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2008. Disponível em: <https://archive.org/details/9788599662885>.

APENDICE

Questionário:

1. Você já utilizou algum canal digital oferecido pela prefeitura de Parintins para acessar informações públicas?

Sim Não

2. Com que frequência você busca informações sobre ações ou gastos do governo municipal?

Sempre Às vezes Não me interessa Não, pois encontrei barreiras

3. Percepção de Transparência: Na sua opinião, o governo local é transparente na divulgação de dados e informações?

Sim Não

4. Participação em Consultas Públicas: Você já soube e/ou participou de alguma consulta pública online promovida pela prefeitura?

Sim Não

5. Facilidade de Uso das Plataformas Digitais: De 1 a 5, como você avalia a facilidade de uso das plataformas digitais do governo municipal?

(1). Muito ruim (2). Ruim (3). Regular (4). Bom (5). Muito bom

6. Acesso à Internet: O acesso à internet em sua residência é adequado para acompanhar iniciativas e serviços digitais?

Sim Não

7. Relevância das Tecnologias Inteligentes: Você considera importante a implementação de tecnologias inteligentes na gestão da cidade?

Sim Não

8. Satisfação com Canais de Participação: De 1 a 5, qual o seu grau de satisfação com os canais de participação cidadã oferecidos digitalmente?

(1). Muito ruim (2). Ruim (3). Regular (4). Bom (5). Muito bom.